**AgInt no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.696.182 - SP (2017/0223814-0)**

| | | |
|---|---|---|
| **RELATOR** | **:** | **MINISTRO SÉRGIO KUKINA** |
| AGRAVANTE | : | VELLOZA E GIROTTO ADVOGADOS ASSOCIADOS |
| ADVOGADOS | : | RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA - SP110862 |
| | | LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925 |
| AGRAVADO | : | MUNICÍPIO DE CAMPINAS |
| PROCURADOR | : | HENRIQUE ROMANINI SUBI E OUTRO(S) - SP355607 |
| INTERES. | : | BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. |
| ADVOGADOS | : | RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA - SP110862 |
| | | LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925 |
| | | FABRICIO PARZANESE DOS REIS - SP203899 |
| | | GERMANA GABRIELA SILVA DE BARROS - SP331368 |

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MARCO TEMPORAL. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VIGÊNCIA DO CPC/73.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exige novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

2. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas no caso dos presentes autos.

3. A Corte Especial do STJ firmou compreensão no sentido de que "*o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença*" (**EDcl na MC 17.411/DF**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 27/11/2017).

4. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão

Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator